

HISTÓRIA, NAÇÃO E IDENTIDADE: ALGUNS COMENTÁRIOS

Fernando Nicolazzi¹

“O que é realmente francês?” ou “o que é realmente alemão?”, duas questões que, por trás da evidente semelhança formal, escondem diferenças conceituais profundas. Norbert Elias, ao tratar destas diferenças, traça uma distinção teórica bastante importante para se pensar os textos sobre os quais aqui ensejo alguns comentários. Nesse sentido, aquilo que diferencia as duas perguntas reside na distinção própria entre os conceitos de *cultura* e *civilização*, a partir dos quais Elias encontra usos distintos conforme o lugar em que são empregados, segundo concepções bastante particulares que convém esboçar seus contornos. Para o sociólogo, enquanto em um contexto francês ou inglês o termo *civilização* é utilizado para denotar uma singularidade histórica que remeteria, porventura, a uma consciência que o Ocidente teria de si mesmo e até, seguindo em cada país, a uma consciência de caráter nacional, no contexto alemão o termo que se utiliza, com significados próprios que não se assemelham inteiramente ao primeiro, é *cultura*.²

Originado particularmente de uma situação em que a camada média burguesa alemã, em lenta ascensão desde fins do século XVIII, procura romper com uma aristocracia cujos padrões sociais se definem segundo preceitos estrangeiros, notadamente oriundos da corte francesa, o conceito de *Kultur* remete a uma espécie de estado de espírito onde os aspectos econômicos e políticos são secundários, importando realmente os fatos intelectuais, artísticos e religiosos que individualizam um povo. Em razão disso, Elias considera a cultura através de uma temporalidade instável e efêmera, valendo-se da metáfora das flores no campo que, em algum momento específico, desabrocham segundo a oportunidade da estação. Por outro lado, *civilização* remete propriamente a fatos políticos, econômicos, sociais e religiosos, com um caráter de avanço moral e técnico. A *civilização* está, pois, colocada em uma dimensão temporal linear e constante, uma dinâmica relativamente estável que se reporta ao

¹ Doutorando em História pela UFRGS e bolsista Capes.

² ELIAS, Norbert. “Sociogênese da diferença entre ‘kultur’ e ‘civilisation’ no emprego alemão”. In: *O processo civilizador*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 23-64.

movimento próprio do progresso. No caso específico francês, mais que um corte entre dois estratos sociais, trata-se da lenta apropriação e transformação burguesa de princípios originados na corte; a burguesia se civiliza ao se nobilitar.

O que se pretende destacar com estas generalizações é que tais conceitos operam segundo viés identitários próprios. O primeiro, enfatizando as diferenças nacionais, procura evidenciar as identidades próprias de cada grupo social: a cultura de uma burguesia portadora de uma virtude autêntica e nacional, cujos valores se constituem e são construídos em seu próprio lugar de origem, sobretudo pelo uso da língua alemã, em relação a uma nobreza de valores importados, de uma cortesia externa e enganadora, precariamente copiada e imitada. Já o segundo, colocando como marco fundador a idéia de progresso, indica a primazia da civilização diante de todo o resto, dos povos civilizados diante dos primitivos. Em todo caso, tanto cultura quanto civilização se referem à identificação de si “contra” os outros, de um grupo, uma nação ou um povo em relação à alteridade que os constitui, legitimando o esforço colonizador em nome da civilização geral ou a unificação política em nome da cultura particular. Nas palavras de Elias, “enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de *Kultur* reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: ‘qual é, realmente, nossa identidade?’”.³

Nesse sentido, em se tratando do século XIX, a questão sobre o que é realmente francês parece um tanto deslocada, já que historicamente a França tem demarcadas suas fronteiras nacionais e definidas as linhas mestras de sua identidade. Já para o caso alemão, é neste contexto que a questão encontra pleno sentido, momento de unificação política e de definição cultural dos valores comuns que legitimam e conduzem à unidade. Entretanto, o fato de supostamente não se perguntar “o que é realmente francês?” nos oitocentos não impede que outro questionamento de igual importância e complexidade seja na França colocado. Afinal, é já quase na derradeira década do século que Ernest Renan pronuncia sua conferência intitulada “*O que é uma nação?*”. Considerando, então, a nação como um fenômeno com historicidade própria, sua formação está diretamente ligada à configuração de

³ *Ibid.*, p. 25.

individualidades históricas por meio de elementos que dizem respeito a cada uma em particular, distinguindo-as das outras nações. Anne-Marie Thiesse entende este fenômeno geral da constituição da nacionalidade no XIX como uma atitude contra a monarquia e a visão personalista do monarca, já que, enquanto herança coletiva, a nação preexistiria à figura do príncipe. Dessa maneira, as identidades nacionais se constituem como inventário e invenção de um patrimônio coletivo, elaborando referenciais históricos em um processo pedagógico de educação cívica. Neste processo, estão relacionados a escolha de ancestrais, a instituição das línguas nacionais, a escrita de um “romance de formação da nação”, bem como a exaltação da natureza nacional, quer seja a paisagem física, quer seja o povo como paisagem.⁴ O que se sobressai é que a constituição das nações segue de par em par com a produção de um conhecimento próprio sobre ela, conhecimento de seu passado, da sua geografia, da sua linguagem e do povo que dela faz parte.

No contexto latino-americano do século XIX, guardadas certas singularidades irreduzíveis, um processo semelhante toma lugar. Retomando e relativizando as distinções estipuladas por Norbert Elias, podemos pensar que neste contexto em particular, marcado ainda pela transição das independências e pelo fenômeno da descolonização, a formação das nações está ligada tanto ao conceito de cultura, como valor de distinção e de identidade coletiva, quanto ao conceito de civilização, uma vez que as novas nações emergem dentro de um processo histórico ocidental, no qual elas pretendem se inserir e acompanhar. A constituição das nações depende, portanto, da elaboração de reflexões sobre a cultura nacional, bem como da formulação de projetos nacionais civilizadores.⁵

Os textos de Cláudia Wasserman, de Cesar Guazzelli e de Temístocles Cezar, cada qual segundo as singularidades dos temas tratados, apontam em conjunto para direções que permitem refletir sobre tal argumento. De início, vale mencionar a fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lugar privilegiado para a escrita do *Bildungsroman* da nação brasileira. Desde cedo marcado pela particularidade da independência brasileira, realizada de maneira conciliatória e sem que fosse preciso uma gota de sangue derramado, resultando não em uma república desvinculada da Europa, mas em uma

⁴ THIESSE, Anne-Marie. “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. In: *Anos 90*, n° 15, 2001/2002, p. 7-23.

⁵ Tais projetos não equivalem inteiramente à idéia de processo civilizador de Elias, já que eles transcendem a conformação dos costumes, instituindo projetos políticos nos quais estão imbuídos valores sociais, culturais e econômicos.

monarquia ainda com fortes vínculos com a metrópole, a construção da idéia de nação formulada pelo IHGB segue convergindo com a formação do Estado nacional e suas amarras portuguesas. Nesse sentido, a alteridade a partir da qual vai se constituindo a identidade brasileira traz a característica importante de que não diz respeito ao colonizador, mas ao caminho seguido por outros (des)colonizados. De acordo com Manoel Salgado Guimarães, “na medida em que Estado, Monarquia e Nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro, externamente define-se o ‘outro’ desta Nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado. Assim, os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie”.⁶

Para além do projeto de nação que ali se configurava, o artigo de Temístocles Cezar sobre a escrita da história no IHGB remete aos princípios epistemológicos que deveriam orientar a escrita do romance de formação da nação ensejado no Instituto. Como o discurso pronunciado por Januário da Cunha Barbosa na sessão inaugural deixa entrever, a lição que desde Heródoto serviu como guia ao trabalho historiográfico é mantida: salvar do esquecimento fatos notáveis da história brasileira, “ressuscitar também as memórias da pátria da indigna obscuridade em que jaziam até agora”. Qual a razão deste esforço? Certamente despertar o sentimento patriótico em terras tropicais, mostrando a singular cultura que ali existia. Talvez ainda, acompanhar o ritmo da civilização ou, nas palavras do primeiro-secretário, “desta arte mostramos às nações cultas, que também prezamos a glória da pátria”.

Na operação historiográfica conduzida pelos membros do Instituto, além do intuito claro de promover ou mesmo inventar a nação, tratava-se de nacionalizar a própria escrita, não segundo uma metodologia xenófoba de afastamento dos autores estrangeiros, mas pela corporificação da atividade, isto é, pela ênfase na prática afetiva do historiador nacional. Se o verdadeiro patriota sente o coração apertado com fatos desfigurados pela ignorância alheia, é com o coração também que deve escrever a história da pátria. Além disso, a memória da nação é igualmente organizada segundo princípios ópticos de uma história do tempo presente (desconsiderando aqui as atuais implicações desta terminologia). A história que se escreve é a história que se sente, é a

⁶ GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. In: *Estudos históricos*, nº 1, 1988, p. 7.

história que se vê – e aqui o evento da Independência é revestido de grande importância. Não obstante, quando a visão se torna inviável, outros suportes devem ser encontrados. O sentimento patriótico aflora, então, na recolha e salvaguarda dos documentos e monumentos da nação. O passado é assim tornado acessível não apenas por procedimentos críticos de cognição, no uso erudito das fontes, mas também segundo uma relação emotiva de pertencimento, uma herança coletiva que cabe ao historiador resguardar. Opções de maneira nenhuma incompatíveis entre si já que, no caso em questão, “a sinceridade afetiva que motiva a escrita não interfere na sinceridade científica do relato”.⁷

Escrita da nação e nacionalização da escrita; ambos procedimentos seguem juntos segundo o discurso fundador do IHGB. Eles remetem à produção identitária que perpassa o esforço historiográfico do Instituto. A história que serve à nação revela um uso político do passado e uma função persuasiva no presente, tempo no qual se inventa o nacional. Esta invenção tem lugar, portanto, segundo a elaboração de um conhecimento particular, o conhecimento histórico. Definir os pressupostos da escrita da história nacional, significa determinar os meios através dos quais é possível conceber e conhecer os elementos constituintes da nação brasileira, identificar aqueles que singularizam sua cultura e apontar aqueles que permitem inseri-la no movimento geral da civilização ocidental. Saber como se deve escrever a história do Brasil é um passo decisivo para a produção de um saber sobre a nação brasileira.

Ora, se neste caso o escopo da história produzida no IHGB está diretamente ligado ao anseio pela centralização política de um vasto e heterogêneo território, em um período marcado por insurreições e movimentos de caráter regionalista, produzir um conhecimento geral sobre a nação também equivale a estabelecer maneiras do Estado se impor, isto é, conceber estratégias políticas de governo. Não seria demais, nesse sentido, relacionar os esforços de constituição de uma disciplina histórica, visando a um conhecimento sobre a nação, com o movimento mais amplo em que os Estados nacionais europeus, a partir do século XVIII, passam a dirigir suas atenções para o problema vital da gerência da população.

No curso ministrado no *Collège de France*, durante o biênio 1977-1978, cujo título era *Segurança, território e população*, Michel Foucault tratou

⁷ TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Pesquisa em desenvolvimento no curso de mestrado da UFRGS, 2003-2005.

“da gênese de um saber político que colocaria no centro de suas preocupações a noção de população e os mecanismos suscetíveis de assegurar a sua regulação”.⁸ A partir daí, desenvolve noções tais como “bio-história” e “bio-política” que o levam ao conceito de “governamentalidade”, ou seja, preceitos políticos destinados ao governo dos vivos, à administração da população, ao poder sobre a vida em relação ao direito de morte do soberano no Antigo Regime.⁹ Para Foucault, a questão de vital importância para o pensamento político moderno não é apenas a estatização da sociedade, mas também a governamentalização do Estado. Retomando a indagação kantiana sobre o Iluminismo, salienta ainda que emerge neste momento, no fim do século XVIII, uma pergunta central: “quem somos nós neste tempo que é o nosso?”. Dessa maneira, pretende tratar de um problema particular e de vital importância para o século XIX: “a maneira pela qual, através de alguma tecnologia política dos indivíduos, nós fomos conduzidos a nos reconhecer como sociedade, elemento de uma entidade social, parte de uma nação ou de um Estado”.¹⁰

Podemos, então, inserir neste contexto, além do IHGB com seu forte vínculo com a política imperial brasileira, a produção intelectual realizada na Argentina, em meados do XIX, por Domingo Faustino Sarmiento e Juan Batista Alberdi. Nas suas respectivas obras *Facundo o civilización y barbarie*, de 1845, e *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, de 1852, empreendem um esforço que pode ser encarado segundo as colocações feitas durante estes comentários. Em ambos autores é possível notar, tal como o faz Cesar Guazzelli, a ênfase em elaborar um conhecimento histórico pautado pelo interesse em realizar um diagnóstico do presente. Nesse diagnóstico, dentre os males da cultura argentina estaria o atraso em relação ao movimento progressista da civilização européia. O saber constituído sobre o passado teria por objetivo desvendar as razões que levaram a nação, no presente dos autores, a esta situação de descompasso, em que civilização e barbárie coexistiam no contexto argentino.

Guazzelli aponta, entre as razões das deficiências destacadas pelos autores, a questão étnica com sua conseqüência que, algumas décadas

⁸ FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 81.

⁹ FOUCAULT, Michel. “Direito de morte e poder sobre a vida”. In: *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 125-152.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. “La technologie politique des individus”. In: *Dits et écrits II – 1976/1988*. Paris: Gallimard, 2001, p. 1633.

mais tarde, se constituirá como problema central no pensamento brasileiro: a mestiçagem. O contato originado entre as raças que povoaram a Argentina teria como resultado principal uma incapacidade ao trabalho, restando como alternativa política, como de fato propôs Alberdi, uma política de povoamento intensa que, com sua conotação de “depuração racial”, significava uma tarefa civilizadora do Estado: se o governo trata da gerência da população, neste caso, para o pensador argentino, governar é (re)povoar. Exemplo claro das relações estipuladas por Foucault entre bio-história (um pensamento racial) e bio-política (uma população a ser regulada). Além disso, a geografia também aparece como questão importante, uma vez que a unificação dos territórios é condição fundamental para o desenvolvimento econômico da região. Aliado a isto, as dicotomias campanha/cidade ou interior/litoral denotam ainda uma extensão da dualidade barbárie/civilização, cabendo ao segundo elemento empreender a transformação do primeiro. Tendo a Europa por modelo, trata-se então de ultrapassar a situação de atraso social, equivalente a um estado feudal de dispersão política e costumes obsoletos, inserindo, deste modo, a descompassada cultura argentina no desenvolvimento progressista da civilização ocidental.

Assim, o conhecimento elaborado por Sarmiento e Alberdi, incidindo sobre a formação histórica da sociedade argentina, tem por complemento medidas práticas de “correção” histórica. Para o primeiro, a solução estaria na centralidade política, enquanto que para o segundo o importante seria uma organização federalista do governo. Em todo caso, a ideologia que perpassava a reflexão destes autores estava imbuída na disputa entre as novas oligarquias emergentes, a *porteña*, centralista, e a *enterrerriana*, federalista. Fica evidente no caso argentino o argumento acima colocado, segundo o qual as reflexões sobre a cultura nacional no século XIX seguem *pari passu* com projetos políticos de nação. Esta inferência remete, de sua feita, para as relações estipuladas por Foucault entre saber e poder: o saber elaborado sobre o passado implica em estratégias de poder dirigidas ao presente; conhecer a sociedade aqui equivale a criar condições para se agir sobre ela, modificando situações historicamente determinadas. Pensar a nacionalidade neste momento é também inventar a própria nação.

Toda esta reflexão sobre as relações entre o conhecimento histórico e a constituição das nações conduz invariavelmente à elaboração de identidades coletivas. A situação política dos países latino-americanos no século XIX, período de instabilidade e transição, coloca o pensamento identitário como fundamental para a superação das dificuldades. De

maneira geral, como salienta Claudia Wasserman, “a busca do caráter nacional e sobre as origens da nação estão muito relacionados às dificuldades de construção de ordenamentos políticos estáveis”. A partir disso, a autora salienta as posturas de intelectuais latino-americanos, um cubano e outro uruguaio, vivendo em uma geração posterior que, ao contrário de seus predecessores, pautará sua reflexão pelo privilégio da cultura em relação à civilização. Se em Sarmiento e Alberdi a civilização, segundo o modelo europeu, seria a cura dos males para a cultura argentina em atraso, já para José Martí, com *Nuestra América*, e José Enrique Rodó, com *Ariel*, escrevendo ambos na virada do século XIX para o XX, tratava-se da ênfase nos aspectos individualizantes da cultura ameríndia que, nas palavras de Martí, apontava para a vitória do homem natural, o mestiço autóctone, diante dos letrados artificiais, os exóticos *criollos*. Mais que um problema, a mestiçagem surge neste momento como solução positiva para a questão da identidade cultural, fato que, no Brasil por exemplo, terá seu momento oportuno com a obra de Gilberto Freyre.

Se a princípio é possível optar por uma explicação cujo eixo reside em causalidades econômicas (divisão internacional do trabalho, maior integração da América Latina com a economia mundial, a nascente hegemonia norte-americana no comércio global), dando a impressão de que o âmbito da cultura emerge como “reflexo” da infraestrutura, é possível pensar esta questão para além das determinações materiais ou, pelo menos, segundo uma recíproca determinação. Cabe mencionar que a formação das identidades nacionais segue também como fruto de experiências que não se reduzem à lógica dos avanços da economia, mas que estão arraigados, como a noção de cultura colocada por Norbert Elias permite pensar, em uma espécie de estado de espírito onde os fatos de caráter intelectual, artístico e religioso desempenham papel fundamental.¹¹ Afinal, há que se considerar que a constituição das identidades está relacionada, como dito anteriormente, ao inventário e invenção do patrimônio coletivo, mas também ao procedimento particular da escrita de uma história que localize e situe este patrimônio nacional no tempo, garantindo com isso o estabelecimento, vital para o pensamento identitário, da ligação entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, a partir da qual é concebível um tempo

¹¹ Não convém aqui entrar no mérito da expressão, um tanto metafísica, de “estado de espírito”, utilizada por Elias. O que importa ressaltar é o papel constituinte e não meramente subsidiário dos aspectos não econômicos para a explicação sobre as identidades nacionais.

próprio da nação, seguindo as reflexões sobre a temporalidade histórica elaboradas por Reinhart Koselleck.¹²

Assim, o argumento central colocado por Cláudia Wasserman, sobre o espaço comum que permeia as condições de produção e de repercussão das reflexões sobre identidade na América Latina, encontra-se na coincidência de valores apresentados nos pensamentos de Martí e Rodó, autores vivendo em contextos bastante desiguais, o primeiro ainda em uma experiência trágica de colonização, falecendo justamente no processo de independência de Cuba, o segundo em uma sociedade diante da possibilidade de ingressar na dinâmica do progresso ocidental. Note-se que a prática jornalística de Martí, com extensa repercussão na região platina, bem como suas atividades diplomáticas nos Estados Unidos como cônsul do Uruguai, operam como fios condutores para o desenvolvimento de “redes intelectuais” que trazem o vínculo entre ambos autores. Além disso, a identidade por eles promovida, embora em tons ainda distintos, pois para o cubano a ênfase recaía notadamente sobre o povo enquanto que para Rodó há uma prédica tanto mais elitista, tal identidade converge na definição daquilo que dela se distancia, isto é, o outro do qual é preciso se diferenciar e mesmo contra o qual é necessário combater, ou seja, o domínio e a crescente hegemonia norte-americana.

Mas sobretudo, importa ressaltar que nos dois autores é possível perceber o mesmo apelo à história já mencionado anteriormente. Apelo não no sentido de súplica, mas como procedimento cognitivo que incita à ação no presente. Tanto Martí quanto Rodó atribuem à herança colonial a situação de subserviência em que ainda se encontravam as nações latino-americanas no final do XIX. Se na história, então, se encontram as razões da situação que criticam, é também a partir dela que as soluções podem ser engendradas. Ainda neles, como no IHGB, em Sarmiento e em Alberdi, de modo tanto mais conservador é verdade, são perceptíveis as intrincadas relações, cuja explicitação foi intento destes comentários, entre conhecimento histórico, constituição da nação e produção de identidades.

Em tais relações subsiste um modelo de *historia magistra*, não simplesmente como compilação de *exempla* a serem copiados e como garantia de que não serão cometidos no futuro os mesmo erros já realizados no passado, mas como projeto intelectual de cultura e

¹² KOSELLECK, Reinhart. “Espacio de experiencia’ y ‘horizonte de expectativa’. Dos categorías históricas”. In: *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

civilização, onde a individualidade da primeira se insere, sem perder de vista suas características primordiais, no movimento próprio da segunda, garantindo em sua temporalidade singular a abertura para aquilo que a precedeu, ponto de origem através do qual se constitui um sentido histórico, como também para aquilo que se lhe espera suceder, na tarefa mesma de confirmar tal sentido: história como mestra da vida, lugar da identidade e, no mais das vezes, como guia da nação.

REFERÊNCIAS

- ELIAS, Norbert. "Sociogênese da diferença entre 'kultur' e 'civilisation' no emprego alemão". In: *O processo civilizador*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FOUCAULT, Michel. "Segurança, território e população". In: *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FOUCAULT, Michel. "Direito de morte e poder sobre a vida". In: *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. "La technologie politique des individus". In: *Dits et écrits II – 1976/1988*. Paris: Gallimard, 2001.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos históricos*, nº 1, 1988.
- KOSELLECK, Reinhart. "Espacio de experiencia' y 'horizonte de expectativa'. Dos categorías históricas". In: *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.
- THIESSE, Anne-Marie. "Ficções criadoras: as identidades nacionais". In: *Anos 90*, nº 15, 2001/2002.
- TURIN, Rodrigo. Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Pesquisa em desenvolvimento no curso de mestrado da UFRGS, 2003-2005.